

## Capítulo III

### **O ator e a ação coletiva emancipatória: movimentos sociais na modernidade**

#### **1. O espaço do ator**

As reflexões de Habermas colocaram em relevo concepções de sociedade e ação que resgatam o lugar dos atores sociais coletivos em processos de mudança social. Na medida em que distingue os dois modos de integração – sistêmico (mercado e Estado) e social ou comunicativo (mundo da vida) –, apoiado em suas reflexões sobre Parsons (Arato e Cohen, 1993:425), abre espaço para uma conexão com o conceito de *sociedade civil*, tal como desenvolvido por Gramsci, como um conjunto de organismos privados (Bobbio, Matteuci e Pasquino, 1997:1209), distintos do Estado e sem conotação econômica, mas socializante e gerador de hegemonia.

Note-se que o conceito de sociedade civil foi retomado há cerca de vinte anos pelos críticos neomarxistas do autoritarismo socialista, na medida em que remete a um modo de organização societária que deixa de existir nos regimes totalitaristas (Avritzer, 1994). Evoca a idéia de auto-organização da sociedade e construção de vínculos sociais independentes do Estado e, até, de oposição a esse. Assim, a sociedade civil renunciou uma estratégia dualista baseada na possibilidade de

organização autônoma da sociedade, na reconstrução de laços sociais fora do Estado autoritário e na concepção de uma esfera pública independente e separada de toda forma de comunicação oficial, estatal ou controlada por partidos (Arato, 1995:19).

A teoria da ação comunicativa de Habermas possibilita a articulação com o dualismo entre sociedade e Estado preconizado, mesmo que de maneira distinta, pelos teóricos que construíram o conceito de sociedade civil: Hegel, Marx e Gramsci (Arato e Cohen, 1993). O conceito habermasiano de mundo da vida, desenvolvido no livro *Teoria da ação comunicativa*, viabiliza a concepção da sociedade civil como uma esfera que opera com a primazia da ação comunicativa - processos de comunicação irrestritos que se viabilizam, por exemplo, nas famílias, universidades e

meios de comunicação, apesar de estes também poderem estar “adoecidos” e submetidos aos imperativos do poder e do dinheiro, típicos do Estado e do mercado.

A esfera pública burguesa de Habermas, discutida no capítulo anterior, estabilizada por direitos fundamentais (de associação, reunião, expressão, privacidade e imprensa, dentre outros), se coloca como pertencente ao mundo da vida institucionalizado e se diferencia do mercado no âmbito da esfera privada.

A aproximação entre os conceitos de mundo da vida, esfera pública e sociedade civil tem como consequência, na interpretação de Avritzer (1994), a desvinculação da ação comunicativa dos processos administrativos e econômicos, com a emergência de instituições de mediação que reforçam a arena societária com potencial reflexivo, crítico e, enfim, racional.

Assim, teríamos um outro modelo societário gerador de um novo enquadramento entre as esferas públicas e as privadas, que podemos representar esquematicamente da forma que se segue (indicando alguns elementos da discussão empírica):



Quadro 15: Modelo societário com fusão dos conceitos de mundo da vida, esferas públicas e sociedade civil

Esse modelo comporta uma visão da sociedade civil como movimento coletivo e como instituição (Arato, 1999). Ou seja, de um lado, redes sociais, as solidariedades, públicos auto-organizados, movimentos, iniciativas, associações e as relações informais; de outro, as estruturas mais formais e institucionalizadas da sociedade civil. Enfatiza-se a dimensão instituinte da sociedade. A possibilidade de autocriação e auto-alteração, inerentes ao projeto da modernidade, onde se situam “os vetores intencionais que tecem juntos a instituição e a vida da sociedade [...]”.

Graças a esse impulso o passado/presente da sociedade é habitado por um porvir, que está sempre por fazer (Castoriadis, 1992:131).

Andrew Arato e Jean Cohen (1994) afirmam a necessidade de se enfatizar o plano societário e a sociedade civil nas análises políticas. Eles destacam que,

Ao revelar a infra-estrutura comunicativa e o potencial racional do mundo da vida, Habermas nos oferece os instrumentos teóricos capazes de mostrar que a dissolução das formas tradicionais de solidariedade e de autoridade não leva automaticamente à emergência de uma sociedade unidimensional povoada apenas por indivíduos agindo estrategicamente e carentes dos recursos para a produção autônoma da solidariedade e do sentido. Pelo contrário, a modernização do mundo da vida e da sociedade civil constitui a precondição cultural e institucional para o surgimento de identidades coletivas racionais e solidárias capazes de desenvolver a capacidade e a responsabilidade de interpretar e atribuir significado (Arato e Cohen, 1994:157).

Assim, as distinções analíticas entre esferas, ou sistemas, auxiliam na construção, se não de novos diagnósticos para modernidade, ao menos de relevantes contrapontos a serem considerados como renovadores, e não patológicos.

No entanto, o grande problema parece ser o “desacoplamento entre a esfera pública [institucionalizada, ou seja, o parlamento] e uma forma genuína de participação” (Arato e Cohen, 1994:168). Estes seriam dois modos de participação que não estão necessariamente articulados. Ao contrário, podem expressar pontos de vista e perspectivas diferenciados e descontínuos. Este desacoplamento pode expressar a exclusão sistemática da agenda política (formal) de todo um conjunto de interesses e questões da sociedade civil, ou do mundo da vida.

A perspectiva política desejável seria a de ampliar e consolidar espaços (fóruns) comunicativos capazes de gerar normas democráticas em oposição aos formatos tradicionais. Esta proposta é autolimitada, na medida em que abdica de impor o formato de coordenação comunicativa como princípio para as dimensões sistêmicas.

A resposta parece se esboçar na proposição de uma democracia radical autolimitada. Para Arato e Cohen (1994), este modelo teria como dupla tarefa: “a aquisição pelo público de *influência* sobre o Estado e a economia; a institucionalização dos ganhos dos movimentos sociais dentro do mundo da vida” (Arato e Cohen, 1994:174).

As dificuldades ou antinomias do modelo em questão seriam as seguintes:

- oscilação entre o fundamentalismo da grande recusa e a combinação inovativa entre o poder e a autolimitação inteligente;
- contradição entre as associações de base no mundo da vida e aquelas organizações capazes de influenciar burocraticamente o Estado e o subsistema econômico;
- oposição entre o social e o político, entre as instituições do mundo da vida e as do estado e da economia. (Arato e Cohen, 1994:174)

Não basta a afirmação da autonomia ou o bloqueio da *colonização ou da reificação do mundo da vida* para que se consolidem as novas identidades e que se esbocem novas estratégias democráticas. O desafio maior está na garantia de reprodução de identidades e de novos procedimentos ao buscar uma estratégia mais ofensiva de penetração ou influência nos sistemas estatal e econômico. Ou seja, oscila-se entre o empenho na estratégia/organização e a luta pela manutenção de identidades socioculturais.

Ressalve-se, também, que o *mundo da vida* não é uma *expressão mágica*. Como pondera Domingues,

não é de modo algum o local da pura universalidade, da liberdade e da reflexividade – outros traços, muito menos nobres, podem ser aí colhidos também. A recusa da liberdade acha-se enraizada nas profundezas de nossos próprios desejos e expectativas em todas as esferas da vida social. (Domingues, 2002:63)

A identificação da sociedade civil com a parte institucionalizada do mundo da vida é uma tentativa de diferenciá-la, conferindo-lhe um caráter normativo. Não se trata de supor, em oposição ao estado de natureza, um outro mundo ficcional livre de contradições sociais.

Do ponto de vista político, tem sido enfatizada a incapacidade da sociedade civil de realizar mudanças de regime. Ela dependeria, no que concerne à ação, das elites políticas, das contra-elites e dos partidos – necessários para as tarefas de negociação, barganha e formulação de pactos. Sua mobilização, no entanto, nos primeiros momentos do processo de libertação seria fundamental.

Faz-se necessário elaborar as distinções sociológicas quanto ao uso do conceito: na sua dimensão constituinte, ou de movimento, e constituída,

institucionalizada e suas analogias possíveis com o conceito de redes<sup>1</sup>, da literatura de movimentos sociais.

Outras problematizações relativas à utilização do conceito de sociedade civil são também pertinentes e se fundem com as limitações advindas, igualmente, do modelo habermasiano de esfera pública.

As principais objeções ao conceito de esfera pública (Arato e Cohen, 1999:40) seriam de que, em primeiro lugar, considerando seu formato liberal, ela teria sido excludente, hierárquica e desigual, comportando públicos fortes e fracos<sup>2</sup>. Ou seja, confrontar-se-ia o pressuposto de abertura da esfera pública. Uma segunda objeção seria a de que os parlamentos, entendidos como esfera pública institucionalizada, efetivamente não se pautariam por procedimentos públicos, argumentativos (deliberação racional) e persuasivos, sendo, efetivamente dominados pela disciplina partidária e pela negociação estratégica. Eles prescindiriam da discussão e do debate sociais. Outra objeção relevante seria a de que, considerado o massivo intervencionismo estatal contemporâneo, qualquer espaço autônomo entre a vida privada e o Estado teria desaparecido. E, por fim, a crítica de que os meios de comunicação de massa estariam de tal modo deformados que o resultado seria a massificação, a comercialização e a industrialização da cultura. Deste modo, os meios de esclarecimento do público teriam se esgotado ou se denegrado completamente.

A resposta a este conjunto de críticas resultou numa visão plural da esfera pública, traduzida em fóruns políticos, culturais e civis (Arato e Cohen, 1999:41), sinalizando espaços e tipologias diferenciados. Os públicos poderiam ser categorizados em dois tipos de pluralização: a funcional e a segmentada. A funcional nos projeta em públicos especializados (ciência, religião, política, artes, disciplinas acadêmicas, etc). A segmentada se refere a movimentos sociais, associações voluntárias, grupos de interesse, clubes, etc, que têm propósitos e enfoques definidos. A idéia de esfera pública, pluralizada, comportaria também a imagem integradora de público de públicos, sinalizando sintonias construídas eventualmente em função da necessidade organizativa. Esses diversos tipos é que exerceriam

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto, consultar Emirbayer e Goodwin (1994).

<sup>2</sup> Ver Nancy Fraser (1995).

influências diferenciadas nos públicos políticos especializados, no Estado e no mercado.

Já em relação à crítica ao parlamento, objeta-se que seria um rechaço da política partidária ou do modelo de democracia representativa, reafirmando que a argumentação parlamentar operaria por meio de um amplo circuito de comunicação social e com propósito de persuadir o público eleitoral.

Quanto ao diagnóstico de fim da esfera pública em virtude do excessivo intervencionismo estatal, o contra-argumento seria o de que houve, isto sim, um crescimento das demandas sociais, evocando democratização e transparência, sobre o Estado.

No que concerne à massificação, comercialização e industrialização da cultura, esta pressupõe “o desaparecimento do vínculo sancionador crucial entre as discussões parlamentares e as discussões públicas” (Arato e Cohen, 1999:45), o questionamento da racionalidade parlamentar e concebe o público como incapaz de crítica. Não haveria mais a possibilidade de “auto-ilustração” pública. Tais questões que não se sustentam empiricamente. Há que se resgatar aqui ao menos a ambivalência dos meios de comunicação de massa e a capacidade reflexiva dos sujeitos.

Os movimentos sociais são um importante tema de investigação e reflexão diante das polêmicas acerca da sociedade civil e da esfera pública, especialmente no que tange à dinâmica e à permeabilidade entre as esferas pública e privada, enquadradas na perspectiva analítica habermasiana. Eles permitem uma ampliação da visão de política, deixando entrever os processos de formação de opinião pública de modo não determinista. A autoprodução normativa da sociedade pode ser abordada em sua multiplicidade de formas e ações.

Com relação aos ganhos dos movimentos sociais e da efetividade da ação no âmbito da sociedade civil, mesmo que eles tenham caráter efêmero, se forem concebidos em termos de institucionalização de direitos, seu impacto não seria desprezível:

o desaparecimento dos movimentos sociais [...] não significa o desaparecimento do contexto que leva à geração e constituição de movimentos sociais. Os direitos conquistados por movimentos sociais não somente estabilizam as fronteiras entre o mundo da vida e os movimentos sociais, o Estado e a economia, eles também

constituem condição de possibilidade da emergência de novas associações, fóruns e movimentos (Arato e Cohen, 1994:176) .

Outro empenho necessário, de caráter metodológico, seria acerca das dimensões da sociedade civil, uma vez considerada sua pluralidade e a efetividade da esfera pública, tomada no sentido plural. Descortina-se o problema relativo à

existência de certos grupos nas esferas diferenciadas da sociedade – nos campos da ciência, da arte, do direito, da religião etc. –, nas quais a admissão não se processa de maneira democrática. Contudo, é precisamente nesses setores que boa parte da comunicação social relevante se realiza (Arato, 1995:21).

Além disso, a sociedade econômica e a política não podem prescindir da comunicação, e as associações da sociedade civil também não excluem completamente os meios dinheiro e poder de suas relações. E não se consegue definir ainda, com clareza, o limiar em que os processos de *colonização* colocam em risco a integração social, entendido como intervencionismo na sociedade civil. Sobre isto, acrescenta-se que existem também os possíveis ganhos resultantes da chamada colonização: pode significar a abertura do mundo da vida para a modernização e a potencialização da cultura pós-convencional na sociedade civil (Arato e Cohen, 1995:449).

Arato sugere áreas temáticas a serem investigadas para a superação das dificuldades que a articulação entre mundo da vida e sociedade civil comporta (Arato, 1995:26-27), dentre as quais destacamos: a necessidade de se investigar as relações e o impacto que os governos locais e partidos teriam perante a sociedade civil; as relações entre os meios de comunicação de massa e a esfera pública democrática; e o exame da globalização da sociedade civil.

Avritzer (1997) discute essas questões, enfatizando que é necessário investigar as mudanças de atitude e de práticas dos atores sociais que são concomitantes aos processos de transição para a democracia. Este cientista político adverte que não se pretende, no resgate de Habermas, negar o Estado e o mercado como variáveis explicativas relevantes, mas enfatizar a esfera da sociedade civil, ou seja, a organização societária que tem sido menosprezada nas análises políticas, originando concepções reducionistas individualistas ou focalizadas nos sistemas partidários, parlamento e Estado.

As investigações sobre associativismo realizadas por Avritzer acusam a sua ampliação, em novos formatos, tomando direção contrária aos que afirmam o esvanecer dos fóruns públicos.

Um componente importante do novo associativismo seria relativo à autoconcepção dos atores, cuja maioria não busca sua incorporação pelo Estado e nem aceita a identificação acrítica como setor popular. Eles seriam capazes inclusive de integração de suas diversas ações, pela formação de redes, convergindo diante de temas comuns concernentes ao aprofundamento da democracia e a necessidade de dar maior visibilidade às suas temáticas e aos procedimentos administrativos. As associações civis estariam atuando destacadamente na “visibilização dos mecanismos privados de poder no âmbito da esfera pública e [n]a implementação [...] de modelos mais eficientes de políticas sociais” (Avritzer, 1997:168).

O padrão da ação coletiva da forma recente de associativismo se caracterizaria pela

- “substituição da funcionalidade pela territorialidade” (Avritzer, 1997:161), com a redução da influência do sindicalismo, apesar da renovação da sua prática, nas formas de ação coletiva que se orientam para as lutas relativas à cidadania;
- construção de solidariedades locais, com o desenvolvimento de práticas de auto-ajuda, em reação à desresponsabilização do Estado na área social;
- atuação da classe média na esfera pública, na forma de movimentos culturais, corporativos e associações comunitárias locais;
- surgimento de associações temáticas, com destaque para os grupos de direitos humanos, ecológicos e associações relativas a gênero.

Avritzer afirma que consolida-se um padrão de renovação societária a ser investigado e investido politicamente: “Os atores coletivos ocupam o espaço público, criando um pólo distinto da sociedade política para a satisfação das necessidades e para a constituição de novas identidades” (Avritzer, 1997:165).

Mas, segundo esse estudioso da democracia, não se podem perder de vista os limites e insuficiências deste tipo de ação, pensando na realidade latino-americana, mas que se aplicaria ao nosso estudo: “somos obrigados a reconhecer que as associações civis ainda não conseguiram adquirir um *status* público que lhes



permitisse efetivamente atuar na superação do problema de formação política [...] de uma arena societária débil (Avritzer, 1997:167).

No que concerne à *Luta Antimanicomial*, as questões acima se convertem em problemas a serem confrontados no resgate da história do *Movimento*. Trata-se de identificar, empiricamente, as diferentes esferas, em sintonia com atores e ações, de modo a tecer conclusões acerca do impacto dos formatos associacionistas.

Explorando a pluralização da esfera pública, delineiam-se tipos de atores ou públicos vinculados às esferas funcionais, comportando, inicialmente, modos de associação profissional e segmentais, na medida em que se intensificam os debates e as iniciativas antimanicomiais.

Antes de entramos em discussões substantivas sobre o caso italiano, trataremos da teoria dos movimentos sociais, de modo a aprofundar as referências analíticas que estão sintonizadas com a identificação de atores promotores de mudanças que se movem na sociedade civil e nas esferas públicas.

O enquadre dos movimentos sociais no modelo societário acima proposto permite que se recoloquem, de modo mais preciso, os diagnósticos habermasianos relativos à colonização e, até, as convergências nas críticas ao Estado do bem-estar social feitas por Foucault, na medida em que situa a penetração administrativa na sociedade civil pela via da juridificação de certas áreas da vida privada. A burocratização, assim como a monetização, revela sua ambivalência nas fronteiras das esferas comunicativas e sistêmicas. Ao mesmo tempo em que cria direitos e segurança social, produz dependências e destrói solidariedades.

Assim, a forma, por exemplo, de lidar com a loucura se modifica profundamente, reduzindo os doentes mentais à figura de atores individuais colhidos em uma perspectiva estratégica, à medida que os afasta das suas interações sociais e comunitárias, pela via da internação e da construção de figuras jurídicas. A loucura, sendo alvo de controle público-estatal, “ganha” status de periculosidade ao mesmo tempo em que conquista políticas de assistência e recursos. Cria-se, no contexto destas políticas, um ciclo de dependência entre os aparatos assistenciais públicos, o paciente, convertidos em clientes, e os técnicos. A consequência é o aumento de controle (perda de liberdade) e a medicalização, ou terapeutização, do mundo da vida. Em nome da proteção da sociedade, o Estado acabaria promovendo

desintegração social, bloqueando os mecanismos de racionalização intrínsecos à esfera privada.

Foucault havia já explorado esse processo na discussão sobre disciplinarização, sobre as técnicas de vigilância, individuação e controle (Foucault, 1977, 1978, 1979), sem indicar, teoricamente, vias de saída, apesar de identificar na experiência de renovação institucional italiana um projeto de grande potencialidade (Colucci e Di Vittorio, 2001).

Habermas não adere às críticas de Foucault. Para ele “a legalidade, a normatividade, a publicidade e a legitimidade não são os portadores ou o véu dissimulador dos mecanismos disciplinares” (Arato e Cohen, 1994). Para o autor de *Teoria da ação comunicativa*, tratar-se-ia de reconhecer o caráter ambivalente do processo e a capacidade de *resposta da sociedade*. O direito seria uma via de emancipação, uma vez que passível de influência e de reconstrução por uma via participativa.

Os movimentos sociais são indicadores desse exercício de resposta da sociedade que se contrapõem factualmente às interpretações que não consideram a capacidade de autoprodução social ou instituinte (Castoriadis, 1992). Os movimentos são experiências associativas, fluxos de relações sociais, que, notoriamente, operam, lutam pela transformação da ordem social estabelecida, hegemônica, mas cujas reivindicações apontam também para o cotidiano, interativo, procurando estabelecer novos padrões de sociabilidade, mais solidários e democráticos. Enfatizam-se, por intermédio deles, as dimensões de produção de consenso e reciprocidade, na medida em que são potencialmente capazes de produzir sentido (significado e intencionalidade) e desafiar a ordem institucional estabelecida ou o poder constituído.

A especificidade dos movimentos sociais impõe a necessidades de estudá-los como processos de produção e reprodução da vida social: suas contradições e complexidade. Ao enquadrar seu estudo numa visão estruturada de sociedade, aumentam as possibilidades de resgate das evidências empíricas de revitalização social. Trata-se de dar relevo à consolidação de espaços de expressão, criativa e comunicativa, de proposição e de ação instituinte. A possibilidade de autocriação e de auto-alteração está no cerne do projeto de modernidade, de modo

profundamente comprometido com um imaginário acerca da autonomia e da racionalidade (Castoriadis, 1992), que confere também sentido ao resgate do conceito de sociedade civil.

Procuramos, ao longo dos capítulos anteriores, construir um quadro teórico que nos permitisse resgatar criticamente uma perspectiva voluntarista da ação coletiva, enquadrada numa visão estruturada da sociedade, apoiados na problematização da perspectiva parsoniana, que situava o papel dos profissionais, e nos diagnósticos de modernidade até aqui apontados. Nosso quadro teórico se completará, como dissemos anteriormente, nos itens que se seguem sobre os *movimentos sociais*.

## **2. Movimentos sociais contemporâneos**

Nosso estudo enfoca um tipo de ação social coletiva que emerge do mundo da vida institucionalizado e se evidencia como crise institucional nos limites com o aparato estatal, implicando, no processo, a sociedade política italiana. Resta saber em que medida podemos afirmar e identificar as interpenetrações, mediações e colonização entre os diferentes modos de organização social até aqui apresentados.

Mais especificamente, estaremos trabalhando no âmbito das instituições psiquiátricas, explorando os seus limites, e nos deslocando da esfera privada à pública, refletindo sobre atores típicos da modernidade, os profissionais especialistas da condição humana, os psiquiatras e outros operadores do campo da saúde mental.

Os fóruns públicos constituídos no âmbito da instituição psiquiátrica têm, como veremos mais adiante, formatos que variam desde as ocasiões de denúncia pela mídia; os diversos eventos profissionais e até chegam a coincidir, empiricamente, com o próprio manicômio – uma vez convertido em espaço público, em comunidades terapêuticas e em fóruns de discussão social, profissional e acadêmica.

Esses espaços de publicização tendem a incorporar, ao longo do período de constituição do *Movimento*, os públicos leigos, usuários dos serviços psiquiátricos e seus familiares; outros profissionais - como enfermeiros, sociólogos, artistas, assistentes sociais, etc. –; voluntários; outros movimentos sociais e operários; e

outras associações de profissionais, como a Magistratura Democrática. Eles ganham, no processo de constituição do *Movimento de Luta Antimanicomial*, caráter inclusivo, além de tenderem a um deslocamento desde a condição de fórum de especialistas para a de um fórum amplo, relativo a tipologia de segmento (indicada no item anterior). Assim, cumpre ressaltar as condições normativas preconizadas por Habermas de debate aberto e acessível a todos; a pauta estruturada a partir de interesses comuns ou não particularistas; a atribuição de status de igualdade entre os atores; e a igualdade de condições nos processos de decisão<sup>3</sup>.

Opera-se, nesta confluência de referências culturais e de racionalidade cognitiva dos profissionais, um deslocamento de posições de poder que tentamos examinar sistematicamente.

Em uma revisão crítica da área temática dos movimentos sociais, Ribeiro (1991) propõe a seguinte definição: “compreendemos os movimentos como formas de organização e mobilização inscritas, como elos ativos, entre processos de reprodução social e a esfera política” (Ribeiro, 1991:100). Esses são processos fronteirizos. Situam-se fora dos territórios convencionais da prática política, tais como partidos, sindicatos, governo e outras instituições políticas, e ao mesmo tempo estão fora dos padrões de sociabilidade tradicionalmente ancorados nas instituições sociais. São geralmente identificados com formatos emergentes ou instituintes, porém propositores de novas ordens sociais, de novas composições de força capazes de atualização ou realização de seus interesses específicos, que tendem a uma perspectiva emancipatória. Assim, eles possuem “... uma dupla e indispensável existência que os articula tanto aos processos de construção do tecido social, quanto, simultaneamente, ao campo dos conflitos políticos” (Ribeiro, 1991, p.101).

Os movimentos sociais, como sintetizam Della Porta e Diani (1997), sinalizaram, tomado o conjunto da produção teórica na área, as limitações das correntes sociológicas de interpretação dos conflitos sociais mais importantes da contemporaneidade: o estrutural funcionalismo e o marxismo.

Parsons<sup>4</sup> – e, posteriormente, Neil Smelser<sup>4</sup>, por exemplo – via os movimentos sociais como subproduto das rápidas transformações sociais (Della Porta e Diani,

---

<sup>3</sup> Conforme indicado no capítulo III.

<sup>4</sup> Ver item relativo a processo de mudança em Parsons no capítulo I.

1997:16-17). A ação coletiva era entendida como uma crise derivada da quebra de equilíbrios, como motivação alienativa, fruto de agregação de frustração ou de sentimentos de privação individuais traduzidos em desvios. Ignora-se, pois, a dinâmica por meio da qual sentimentos experimentados em nível individual dariam vida a fenômenos macrossociais, como movimentos sociais e revoluções.

A crítica à interpretação da ação coletiva do estrutural funcionalismo expressou-se a partir de várias perspectivas. Cohen agrupa-as em dois blocos: o paradigma da *mobilização de recursos* e o que nomeia como *orientado para a identidade*<sup>5</sup>. Ambos os paradigmas assumem que os movimentos sociais comportam contestações entre “grupos organizados com associações autônomas e sofisticados modos de comunicação” (Cohen, 1988:37). Sustentam que a conflitualidade é normal e que os participantes dos movimentos são pessoas bem integradas e membros de organizações racionais. Distinguem dois níveis de ação: a manifesta da mobilização; e a menos visível, que remete à forma de organização e comunicação que motiva a participação dos atores e a vida cotidiana. Assim, todos convergem no reconhecimento de racionalidade e organização inerentes à ação coletiva.

Já as diferenças entre as diversas escolas exigem uma série de distinções que tendem a sintonizar a mobilização de recursos com uma perspectiva neo-utilitarista, pautada em uma concepção de ação estratégica; e a perspectiva orientada para a identidade, com a retomada da dimensão de integração nas ações coletivas de contestação (Cohen, 1988:51).

Della Porta e Diani, por sua vez, distinguem, quatro perspectivas: três americanas e uma européia. Na América, partiu-se da investigação sobre os mecanismos que traduzem em ação coletiva os vários tipos de tensões estruturais: o *como* da ação coletiva, segundo Melucci (1982). As três correntes americanas que especificamente sustentaram essa discussão foram: *comportamento coletivo*; *mobilização de recursos*; e *a perspectiva da oportunidade política*.

Na Europa, o marxismo foi mais duramente confrontado na discussão sobre ação coletiva, paralelamente ao estrutural funcionalismo (Della Porta e Diani, 1997:22). Esta crítica européia foi realizada pelos estudiosos dos *novos movimentos*

---

<sup>5</sup> Este último contemplando a obra de Touraine, Melucci e Pizzorno, dentre outros.

*sociais*. Está atenta às transformações de base estrutural do conflito, ou ao *porquê* da ação, segundo Melucci (1982).

São esses os quatro modelos, americanos e europeus, de estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais mais importantes na atualidade, ainda que os chamados “novos movimentos sociais” não se constituam como uma única escola e seus autores de referência tenham tomado direções de pesquisa independentes ao longo dos anos 80 e 90.

O *comportamento coletivo*<sup>6</sup> é um desdobramento do interacionismo simbólico e da escola de Chicago, que é praticamente contemporâneo ao estrutural funcionalismo. Esta corrente afirmará que os fenômenos coletivos não seriam simples reflexos de crises, mas uma atividade “orientada para a produção de novas normas e novas solidariedades” (Della Porta e Diani, 1997:18). Trata-se da elaboração de modos de vida e de relacionamento social, e não de tentativa de recuperação de equilíbrio sistêmico perturbado. Esta escola do comportamento coletivo trata os comportamentos orientados para mudança e movimentos sociais como parte integrante do funcionamento normal da sociedade. O diferencial é que o comportamento coletivo não seria estruturado como instituição:

O estudo do comportamento coletivo se concentra assim na transformação dos comportamentos institucionais através das ações de definição normativa emergentes que surgem quando a estrutura tradicional entra em conflito com uma situação em contínua evolução (Della Porta e Diani, 1997:19).

Assim, pela primeira vez na sociologia, o comportamento coletivo é definido como ação consciente e propositiva, e como fator de mudança social necessário e benéfico. Os estudos decorrentes desta perspectiva acentuam a elaboração simbólica e a constituição de identidade, por meio da observação e descrição de comportamentos, apesar de terem dado mais atenção, na opinião de Della Porta e Diani (1997:20), às dinâmicas inesperadas ou imprevistas (tumultos, pânico, comportamento de massa, etc.) e pouca atenção às fontes estruturais dos conflitos que desembocavam nos movimentos sociais.

---

<sup>6</sup> Com os trabalhos de Robert E. Park, Ernest W. Burgess, Herbert Blumer, R. Turner, L. Killian, J. R. Gusfield, etc. (Della Porta e Diani, 1997:18)

A *mobilização de recursos*<sup>7</sup> (MR) nasce nos anos 70 a partir da crítica ao não reconhecimento da dimensão estratégica nas ações coletivas, especialmente por parte do estrutural funcionalismo, que não tratava acerca das condições que viabilizam a transformação do descontentamento em mobilização. A MR propõe uma compreensão dos movimentos sociais como extensão das formas convencionais de ação política, envolvendo atores racionais que perseguem interesses num ambiente (que comporta um conjunto de recursos materiais e não-materiais) em que as lideranças dos movimentos e os vínculos externos a estes têm papel de destaque.

Para esta corrente,

Não basta descobrir a existência de tensões e conflitos estruturais, ocorre estudar as condições que permitem a transformação do descontentamento em mobilização. Em particular, a capacidade de mobilização depende de recursos materiais (trabalho, dinheiro, bens concretos e serviços) e não de autoridade, empenho moral, fé e relações de amizade a disposição de um grupo (Della Porta e Diane, 1997:21).

Os movimentos fariam parte do processo político normal, como ação racional, propositiva e organizada. Além disto, os participantes seriam recrutados entre indivíduos bem integrados e, preferencialmente, ativos. Os estudos nesta linha de mobilização de recursos são criticados, no entanto, por não considerarem a dimensão estrutural dos conflitos e também por não valorizarem o peso das emoções e laços afetivos em suas explicações da ação coletiva (Della Porta e Diani, 1997:22)

Já a perspectiva de estudo do *processo ou oportunidade política*<sup>8</sup> deu maior atenção ao ambiente e aos atores (novos e tradicionais) políticos e institucionais onde operam os movimentos sociais, que não seriam concebidos apenas como fenômenos antiinstitucionais. O conceito de oportunidade política correspondia aos estudos que relacionavam o êxito da ação coletiva à abertura ou fechamento dos sistemas políticos locais, à tolerância das elites e às alianças influentes, entre outras variáveis. Aprofundaram-se, a partir desta corrente, os estudos sobre as relações entre movimentos sociais e sistema político-institucional.

A perspectiva do 'processo político' teve o grande mérito de transferir a atenção em direção às relações entre novos atores e atores tradicionais, entre formas de

---

<sup>7</sup> Aqui destacamos autores como M. N. Zald, A. Oberschall, C. Tilly, Olson, McCarthy e Gusfield.

<sup>8</sup> Os autores de referência seriam Eisinger, Piven, Cloward, Gamson, Jerkins, Perrow e Sidney Tarrow.

ação menos convencionais e sistemas institucionalizados de mediação de interesses (Della Porta e Diani, 1997:24).

Seus resultados incorreram, no entanto, em uma espécie de “reducionismo político” (Della Porta e Diani, 1997:24), que se revela em falta de atenção ao impacto cultural e à especificidade dos movimentos sociais.

Finalmente, os *novos movimentos sociais*<sup>9</sup> surgiram como uma perspectiva europeia que se reporta aos potenciais estruturais de conflito. Procuram ir além das leituras deterministas do marxismo, da dinâmica das relações de classe (burguesia e proletariado) e do desenvolvimento das forças produtivas. Por exemplo,

A ampliação do acesso à instrução superior e o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho haviam de fato criado novos potenciais estruturais de conflito e aumentado a relevância de critérios de estratificação social – como o gênero – não fundados no lugar de classe (Della Porta e Diani, 1997:24).

Os novos movimentos sociais salientaram a multiplicidade de orientação e de forças conflitivas inerentes a esse tipo de atores sociais. Ou seja, admitiam seu caráter de sujeitos não homogêneos, com um tipo de ação que não necessariamente se orientava estrategicamente e que estavam sintonizados com os conflitos fundamentais da sociedade moderna. Porém, tais movimentos colocavam-se de forma inovadora na medida em que traziam críticas fundamentais à ordem social e à democracia representativa (Della Porta e Diani, 1997:26), apontando modos de participação diferenciados, não burocráticos e autônomos. Neste sentido é que os movimentos sociais poderiam ser entendidos como uma resposta à penetração do mercado e do Estado na vida social, como enfatizamos anteriormente, e, até, como “forças centrais” na produção da sociedade.

A novidade dos movimentos sociais parece resistir apenas no fato de não terem uma clara base classista, como é o caso dos movimentos operários e camponeses. Offe seria o autor que teria desenvolvido a argumentação mais sólida no que concerne a este caráter de novidade<sup>10</sup>. Já Melucci questiona esta caracterização e conclui pela sua irrelevância, preferindo a idéia de contemporaneidade à de novidade (Della Porta e Diani, 1997:27).

---

<sup>9</sup> Aqui se situam autores como Alain Touraine, C. Offe, Melucci, Habermas e Castells.

<sup>10</sup> Como veremos mais adiante.



Esta síntese de Della Porta e Diani não é discrepante da literatura brasileira, em que se destaca, por exemplo, a socióloga Maria da Glória Gohn (1997). Esta autora ressalva, como uma lacuna a ser trabalhada, aquilo que qualifica os movimentos sociais como novos, além da necessidade de construção de distinção em relação às ONGs e à investigação dos processos de institucionalização, com vistas a refletir sobre seu impacto social e político.

Fora isto, ela também opera com critérios históricos e geográficos<sup>11</sup> para classificar as diversas correntes nessa área. No entanto, faz uma revisão mais atenta em relação aos modelos clássicos que originaram a discussão e à diversidade da produção americana e europeia.

Gohn coloca os movimentos sociais como uma resposta não apenas ao funcionalismo como também a teorias clássicas que se consolidaram na América do Norte e que viam a ação social como uma resposta não-institucional – irracional e anômica – à inadequação dos atores ao sistema político, visto como plural e permeável (democracia elitista e pluralista). Este tipo de ação tenderia a ser interpretado como antidemocrático, uma ameaça à sociedade civil. Além da perspectiva funcionalista<sup>12</sup> na qual geralmente se enfatizava o comportamento individual dos indivíduos e os movimentos sociais estariam relacionados à falta de controle ou à eminência de desintegração do sistema, ela recupera outras quatro escolas: a Escola de Chicago e os interacionistas<sup>13</sup>; a da sociedade de massas<sup>14</sup>; a abordagem sociopolítica<sup>15</sup>; e as teorias organizacionais-comportamentalistas<sup>16</sup>.

As teorias de mobilização de recursos são também para Gohn passíveis de crítica, na medida em que excluem valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos estudados, além de fazerem uma opção pelo individualismo metodológico. Destas críticas, já apontadas por Della Porta e Diani, decorre o

---

<sup>11</sup> Lembrando que ela desenvolve análises que pretendem apreender as especificidades dos movimentos sociais latino-americanos (Gohn, 1997).

<sup>12</sup> Remetendo-nos, além de Parsons e Smelser, a autores como Merton e Killian.

<sup>13</sup> Os principais autores são Robert Parker, W. I. Thomas, George Mead, Everett C. Hughes, Herbert Blumer, Erving Goffman, Kurt Lang e Ralph Turner.

<sup>14</sup> Os principais autores são: Eric Fromm, Hoffer e Kornhauser.

<sup>15</sup> Principais autores: Lipset e Rudolf Heberle.

<sup>16</sup> Principais pesquisadores: Selznick, Gusfield e Messinger.

desenvolvimento de um outro conjunto de modelos, que Gohn chama de *teorias de transição para a teoria da mobilização política*, num esforço de detalhamento do que indicamos como *processo ou oportunidade política*. Aqui esta autora destaca o trabalho de Anthony Oberschall, que trabalha numa perspectiva sociológica, entendendo os esforços coletivos como propositivos e capazes de moldar as instituições contemporâneas: “Identidade, coesão, redes de trabalho, estrutura organizacional são analisados como fatores micro em relação àqueles considerados macrossociais: valores, ideologia, institucionalização.” (Gohn, 1997:64)

Gohn confere também especificidade ao que chama de *teoria de abordagem histórica*, desenvolvida por Charles Tilly, que trata as seqüências históricas e enfoca a análise dos recursos comunais. As análises deste autor são de caráter estrutural, porém compartilhando já a questão da solidariedade, especialmente a comunal, com os teóricos dos novos movimentos sociais. Esta perspectiva resgata a importância da ideologia e das crenças. Localiza, porém, o fator de mudança no sistema político institucionalizado.

Fechando a discussão sobre a produção norte-americana, Gohn comenta a teoria da *mobilização política* (MP) de uma forma bastante detalhada. Neste enquadre, muitos dos autores anteriormente citados<sup>17</sup> passaram a não mais considerar os recursos econômicos e a lógica instrumental racionalista como eixo central. Houve aqui retorno ao conceito de cultura, não como sistema, mas como processo; reencontro com a psicologia social, maior preocupação com a dimensão política, com o resgate de conceitos de Marx. A MP sustenta ainda uma referência básica na análise estrutural, num terreno de oportunidades e constrangimentos, porém agora pleno de lutas e disputas que caracterizam situações favoráveis ou desfavoráveis. Mas o dinamismo se concentra num dos pólos da sociedade, que seria o das elites dominantes da sociedade política. A sociedade civil não é tratada como pólo de força e dinamismo, mas sempre como algo modelado. Ou seja, não se pensa os movimentos como forças políticas.

---

<sup>17</sup> Os principais autores são: Klandermas (campo multiorganizacional), Friedman, Tarrow (o mais significativo – estudo de ciclos de protestos / oportunidades políticas), Johnston, Fantasia, Taylor e Whittier, Muller, Morris, Kriesi, Laraña, Inglehart, Amenta, Meyer, Goodwin, Smith, Traugott e, também, autores como Gamson, Tilly, McAdams, Snow e Benford (*master frames* – determinantes de ciclos de protestos), Jenkins, Gusfield, Oberschall, Della Porta, McCarthy ampliaram suas abordagens a partir deste enquadre metodológico.

Os conceitos básicos da MP seriam mobilização de estruturas (herança da teoria de mobilização de recursos), frames, ciclos de protestos e oportunidades políticas.

O conceito de frames seria o de marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva capazes de ofertar suporte e sustentação às ações do movimento ou grupo social (Gohn, 1997:87). Este conceito se apóia numa ótica político-cultural e processual, e não é mais estritamente cognitivista. Os frames de ações coletivas teriam três funções: demarcação, atribuição e articulação (Gohn, 1997:89). O conceito de frame difere das ideologias formais, dos sistemas culturais mais amplos orientadores do cotidiano, mas tem natureza pública e orientada para a ação, sendo criado e recriado sistemática e estrategicamente.

A questão que surge de sua utilização é se as crenças e símbolos teriam potencial de mobilização autônomo ou seriam simplesmente expressões mecânicas de interesses materiais, oportunidades políticas ou poder de grupo. Além disto, a discussão se desloca para como ou em que circunstâncias nascem as ações coletivas.

Os conceitos de ciclo de protestos e oportunidades políticas nos interessam mais especificamente, pois seu autor de referência, Sidney Tarrow aplicou-o à realidade italiana no estudo do período de 1965 a 1975. Os ciclos de protesto comportam uma visão de recorrência de mobilização e desmobilização, geracionais, e que coincidem com os ciclos de inovação política (Tarrow, 1990:5). Ele teria raízes nos conflitos estruturais da sociedade capitalista. Já as oportunidades políticas seriam resultantes de vácuos e descompassos de poder, sendo abertas para atores que usualmente são carentes ou marginais do ponto de vista político. As ideologias e representações são vistas como complementares a este processo. Quem cria as oportunidades é o Estado moderno, em um ambiente favorável de incentivos e oportunidades. A análise institucional e o Estado (agências de reconhecimento) têm prioridade em seus argumentos.

Podemos acrescentar às observações de Gohn um destaque também para o conceito de campo multiorganizacional, de Klandermans. Ele se apóia no esforço de trabalhar nos níveis individual, grupal e organizacional, articulando-os. Pode ser conceituado como o número total de organizações com as quais os movimentos

podem estabelecer vínculos específicos, sejam de suporte ou de oposição (Klandermans, 1992:95). Nesta perspectiva, os movimentos sociais teriam um caráter mais dinâmico e não seriam vistos como fenômenos autocontidos. A carreira do movimento neste campo de redes interpessoais seria uma variável relevante a ser revelada para a compreensão de por que ele se desenvolve, muda e declina.

Porém, de forma geral, os movimentos sociais, para os autores da MP, seriam produto (preferencialmente) da vulnerabilidade política de seus opositores ou da receptividade das demandas no sistema político e econômico (abertura do acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, viabilidade de aliados influentes, clivagens nas elites). Seriam reféns do ambiente externo, como conclui Gohn (1997:99). As mudanças sociais seriam assim tratadas a partir de seus efeitos sobre os movimentos, e não como resultado da ação destes.

Os *novos movimentos sociais* são apresentados por Gohn (1997) como particularmente resultantes de crítica da abordagem clássica marxista (em consonância com a definição de Della Porta e Diani). Ela chama a atenção, no entanto, para a perspectiva neomarxista<sup>18</sup> que se desenvolveu paralelamente, sendo que suas fronteiras em relação aos novos movimentos sociais perdem a nitidez diante de autores como Clauss Offe e Manuel Castells (Gohn, 1997:119).

As categorias básicas da vertente dos novos movimentos sociais são: ator/agência, cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, solidariedade e processo de identidade (coletiva e criada por grupos). A política tem centralidade enquanto dimensão da vida social tomada nas suas relações microssociais e nas suas relações com a cultura – novas formas de fazer política e politização de novos temas. Gohn afirma que a melhor forma de definir a contraposição entre o novo e o velho, em relação aos movimentos sociais, foi construída por Offe, que capitanearia uma das três perspectivas que ela identifica como centrais neste campo de investigações: a *histórico-política*. Além desta perspectiva, Gohn discute também a *acionista* e outra que ela define como *psicossocial*.

Clauss Offe é um autor que não rompe completamente com o marxismo e opera preferencialmente com categorias analíticas macroestruturais (Gohn,

---

<sup>18</sup> Com autores como os historiadores Hobsbawm, Rude e Thompson e os ligados à teoria *histórico-estrutural*, como Castells, Borja e Lojkine (Gohn, 1997:119).

1997:120). Ele define os movimentos sociais como uma prática política não institucional, mas chama a atenção para o apagamento, que estaria se processando contemporaneamente, dos limites entre o comportamento político e o privado (Offe, 1988:164). Situa os novos movimentos sociais em uma terceira categoria, intermediária, explicando que eles, nem públicos, nem privados, seriam operações que escapam de todo formalismo societário, capazes, inclusive, de acusar a rigidez dos modos de regulação da vida social e, concretamente, afetá-los, na medida em que os movimentos sociais exigem reconhecimento e legitimação de suas pautas de luta.

Offe faz uma análise comparativa entre o que chama de “velho e novo paradigma” (Offe, 1988:182). Sugere uma caracterização de um tipo ideal, a partir do desafio de identificação de um novo modelo de ação política. Propõe as seguintes categorias para avaliação de sua estrutura e dinâmica: conteúdos, valores, formas de ação e atores.

Os conteúdos (ou interesses) dominantes nos novos movimentos sociais seriam: o interesse por um território (físico), um espaço de atividades ou o mundo da vida, ou seja: o corpo, a saúde, a identidade sexual, a vizinhança, a cultura, as condições de vida, a sobrevivência da humanidade, etc. (Offe, 1988:177).

Os valores, que enraizariam este conjunto heterogêneo de conteúdos, não são necessariamente ‘novos’, em si mesmos. Seriam a autonomia e a identidade, e, conseqüentemente, a descentralização, o autogoverno e a autodependência. Seriam características inovadoras, a ênfase e a urgência com que estes valores são operados. Trata-se, na sua opinião, de uma “radicalização seletiva dos valores ‘modernos’” (Offe, 1988:218).

Quanto ao modo de atuar, Offe distingue modos internos e externos. O modo de atuar interno é tendencialmente coletivista, informal, descontínuo, contextual e igualitário, de maneira geral. Opera com o princípio da indiferenciação relativa a fórmulas de participação ou filiação e liderança, e fundem os papéis privados e públicos (Offe, 1988:178).

O modo externo se refere à forma como os movimentos sociais encaram o mundo exterior e seus opositores políticos. Dão-se por meio de manifestações coletivas e táticas de protesto, não convencionais, que buscam atrair e mobilizar a

opinião pública com um discurso preferencialmente monotemático, com reivindicações que se estruturam em fórmulas lógicas e gramaticais negativas (*pelo fim, nunca, fora, abaixo*, etc).

Offe chama a atenção para o fato de que o novo paradigma reivindica a esfera de ação política a partir do interior da sociedade civil, e deste lugar questiona tanto as práticas e instituições privadas como as públicas, político-institucionais.

E, finalmente, os atores. Estes não têm como referência um código político estabelecido como ser de direita ou de esquerda, liberal ou conservador, nem a códigos socioeconômicos, como classe social; ricos e pobres, urbano e rural, etc. Sua base social comporta: classe média, destacadamente, profissões de serviços sociais e funcionários públicos; e uma categoria formada por marginalizados, desempregados ou fora do mercado formal. Não estão identificados a grupos socioeconômicos ou envolvidos estritamente em conflitos distributivos (de riqueza).

O *acionismo*, particularmente relacionado ao trabalho de Allan Touraine, se afasta mais nitidamente do marxismo e avança em direção ao resgate do ator e da teoria da ação. O ator capaz de exercício de autonomia:

Por que o ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado [...]. Os funcionalismos de direita e de esquerda só falam de lógica da situação e de reprodução da sociedade (Touraine, 1994:220).

A figura do ator pressupõe, por sua vez, o sujeito e os processos de subjetivação, pessoais e históricos, que não se reduzem ao racionalismo utilitarista e ao universalismo preconizados pela modernidade. Mais precisamente, o sujeito é a possibilidade “da construção do indivíduo como ator” (Touraine, 1994:248). O “engajamento militante” aproxima-se do “engajamento amoroso” (Touraine, 1994:240) e os movimentos sociais ganham o status de *sujeito*, de ator histórico, num contexto de crise da modernidade, na medida em que eles contestam a lógica da ordem social vigente. No entanto, vivem o impasse de não poder servir à racionalização e à subjetivação ao mesmo tempo. O sujeito “é um dissidente” (Touraine, 1994:279).

Os movimentos operam na produção da cultura e na apropriação dos valores sociais, opondo-se aos adversários aos quais estão ligados por relações de poder. São projeto cultural e conflito social a um só tempo e não têm relação direta com a

luta de classes. Touraine afirma que os movimentos sociais tomam o lugar, na contemporaneidade, das classes sociais (Touraine, 1994:257). Eles são uma ação coletiva de defesa contra o poder do mercado e do Estado.

Gohn entende que essa discussão de Touraine sobre o sujeito é a sua principal contribuição, que se desdobrou na construção de uma metodologia de intervenção sociológica que visava ao estímulo da reflexividade dos atores sociais (Gohn, 1997:148).

Apesar de ser evidente a sintonia de Touraine com a psicanálise na sua definição de sujeito, Gohn qualificará como *psicossocial* a perspectiva que teria Alberto Melucci como principal referência.

### **3. A síntese de Melucci**

O resgate sintético da produção relativa aos últimos 50 anos sugere um processo acumulativo que entendemos encontrar sua melhor configuração no conceito de *movimentos sociais contemporâneos*, que, finalmente, abdicará da concepção de “novidade” em direção a uma leitura que procura convergir as diversas perspectivas e que, na nossa opinião, se expressa no trabalho de Alberto Melucci. Esse autor efetiva toda uma série de convergências entre a produção americana e a européia. Especialmente no livro *Challenging codes* (1996), Melucci tece a ambição de construção de uma teoria geral sobre a ação coletiva, a partir da revisão crítica das principais tradições de pensamento na sociologia e do estabelecimento de conexões com o campo da política. Assim como ele se apóia nos paradigmas sistêmicos da tradição Durkheimiana, opera com o conflito como uma categoria central, além de buscar na microsociologia os elementos para enriquecimento das situações em que se dão efetivamente as ações humanas, com ênfase na linguagem, na reflexividade, nas identidades e nas interações.

Segundo Gohn (1997), Melucci seria um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva, com uma produção que enfatiza o plano microsocial.

Nos anos 80, Alberto Melucci (Melucci, 1989) reconhece a emergência das novas formas de ação coletiva, ou novas formas de agregação social, de caráter permanente, mesmo que suas evidências empíricas sejam marcadas pela provisoriedade. O que se enunciaria na multiplicação da ocorrência dos movimentos

sociais diria respeito, a seu ver, a novos elementos, novos vetores no campo de forças sociais modernas.

Posteriormente, Melucci faria uma revisão dessa interpretação, lamentando o fato de ter participado da formulação da novidade dos movimentos, que, a seu ver, alimentou mal-entendidos e debates inúteis acerca da comparação entre velhos e novos movimentos, procurando determinar quais seriam melhores:

a questão não é comparar [...] mas, quando confrontado com comportamentos e formas de ação que não podem ser totalmente referidas às categorias de sociedade industrial ou capitalista (o quadro teórico que herdamos do pensamento moderno), identificar aqueles aspectos das formas empíricas de mobilização social, conflito e protesto que não podem ser explicadas pelo instrumental tradicional da sociologia ou da ciência política (Melucci, 1996:206).

Trata-se de saber do alcance das ferramentas conceituais disponíveis para explicar a complexidade desse tipo de ação coletiva que desafia o pesquisador. Melucci identifica, nos movimentos sociais, formas de solidariedade conflitual capazes de redefinir os meios tradicionais de socialização política, de inovação cultural e de modernização institucional.

As ações coletivas fazem pensar sobre a incerteza nos sistemas. Mas isto não remete à desordem, uma vez que essas ações se sustentam em fluxos de relações cooperativas organizadas, capazes de modelar e contrapor diferentes subjetividades e valores diante da ordem e dos cenários institucionais.

Melucci afirma que nesta área de investigação estaríamos diante de uma esfera de conflitos inerentes às sociedades pós-industriais complexas ou avançadas, em sintonia com Touraine. O desenvolvimento capitalista depende cada vez mais de intervenção nas relações sociais, afetando o cotidiano e os padrões culturais, reorganizando as dimensões de tempo e espaço, enfatizando modelos individualistas e autocentrados, essenciais à expansão dos sistemas informacionais, como enunciam as análises de Foucault (poder disciplinar) e Habermas (colonização do mundo da vida).

As sociedades complexas não têm mais uma base 'econômica', elas produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. Os bens 'materiais' são produzidos e consumidos com a mediação dos gigantescos sistemas informacionais e simbólicos (Melucci, 1989:58).



Os conflitos se expandem para além do sistema econômico-industrial. O poder afeta a vida cotidiana. Os limites entre o público e o privado perdem nitidez, como já o afirmara Offe.

O sentido dos movimentos sociais estaria relacionado à construção de uma nova pauta para a modernidade. Ao invés de sinalizar estritamente perturbação ou fazer emergir anseios com relação a uma saturação nos mecanismos de participação democrática, eles “produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma” (Melucci, 1989:62).

Mas deve-se reconhecer que as novas formas de ação não se adequam facilmente aos modelos de participação usuais. Elas os desafiam e podem complementá-los, como veremos adiante (Melucci e Avritzer, 1999).

Melucci pretende resgatar e recolocar a discussão sobre a ação coletiva, evitando tratá-la como efeito de crises/contradições estruturais ou como expressão de crenças/orientações compartilhadas. Ele destaca dois tipos de dualidades ou polarizações, inerentes aos pesquisadores da área de movimentos sociais (Melucci, 1989). A primeira circunscreve a ação coletiva entre os termos isolamento/solidariedade, podendo então ser compreendida como um efeito ou desdobramento patológico de crises econômicas e de desintegração. Já a matriz de pensamento ‘rival’ solidarista (derivada do marxismo) enfatizava as condições estruturais, mas sem explicar como elas poderiam produzir ação coletiva.

O segundo tipo de polarização pode ser indicado pela oposição entre estrutura /motivação, em que se opõem as visões de ação coletiva como resultante da lógica do sistema (como o estrutural funcionalismo parsoniano) e as que a situam como oriundas de crenças ou motivações pessoais.

A superação destas dualidades começa a se delinear, segundo Melucci (1989, 1996), com os trabalhos de Touraine e Habermas, no cenário europeu. Paralelamente, discutia-se nos Estados Unidos a estruturação dos movimentos como estratégias de mobilização de recursos.

Toda forma de ação coletiva é, para Melucci, um sistema de ação construído em um campo de forças (1996:39). Seria uma resultante de propósitos (orientação propositiva), recursos e limites (oportunidades, meios e constrangimentos).

O utilitarismo voluntarista explica a ação em termos da *natureza* aquisitiva do *homo economicus*. No determinismo marxista, a ação deriva das contradições do sistema de classes do capitalismo. Ambos, o utilitarismo e o determinismo, negam, segundo Melucci, a própria sociologia e a possibilidade de explicação a partir das relações sociais.

O ator social se veria, em Melucci, diante da tarefa de construção de um “nós” que, por sua vez, envolve a construção de orientações com relação a fins, a meios e à relação com o ambiente. Estes três eixos constituem um conjunto de vetores em tensão (1996:40) cujo manejo implica um complexo e permanente desafio para os atores, o que se traduz em dificuldades permanentemente colocadas no processo de construção de uma ação unitária, concertada (1996:40).

Melucci caracteriza a ação social dos movimentos sociais como produção social propositiva, significativa, relacional, não podendo ser simplesmente derivada dos constrangimentos institucionais (coerção), nem reduzida ao discurso de suas lideranças, à soma das opiniões de seus militantes ou a um mero comportamento público (1996:384, 385).

Procurando estabelecer sintonia com a superação das dicotomias, Melucci situou os movimentos sociais enquanto ações que devem ser entendidas como um sistema de relações internas e externas.

A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são *sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites. É por isso que a *organização* se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado (Melucci, 1989:52).

Os movimentos sociais devem, então, ser compreendidos (*como se estabelecem e mantêm sua estrutura*) e explicados (*porquê*, em referência aos aspectos socioestruturais).

Melucci enfatiza a importância do entendimento da ativação das ações coletivas tomadas singularmente e coloca em destaque o ator coletivo, em sua multiplicidade, resgatando intencionalidades e racionalidade.

Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação ‘econômica’, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade [...], que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados (Melucci, 1989:53).

Essa perspectiva permite que Melucci entenda e defina a ação coletiva como um conjunto de práticas sociais envolvendo simultaneamente um número de indivíduos e grupos, exibindo características morfológicas similares em proximidade de tempo e espaço, implicando um campo social de relações e a capacidade das pessoas envolvidas em fazer sentido sobre o que estão realizando. Ele afirma a pluralidade de atitudes, sentidos e relações – a aparente unidade da ação coletiva se torna um problema a ser investigado.

Melucci desenvolve uma categorização que se pretende abrangente da ação coletiva, diferenciando-a em referência às oposições solidariedade/agregação, conflito/consenso e manutenção/quebra dos limites do sistema. Sua análise distingue as orientações da ação coletiva (1996:23), na medida em que alguns fenômenos coletivos envolvem:

- *Solidariedade* – habilidade dos atores em reconhecer outros e serem reconhecidos como pertencentes à mesma unidade social. Difere de *agregação*, que expressa somente continuidade espaço-temporal e pode ser rompida em nível individual sem prejuízo de suas características morfológicas, além de se orientar para fora do grupo (e não para o grupo, como na solidariedade);
- *Conflito* entre atores acerca do controle de recursos. Outros fenômenos coletivos se orientam para o *consenso* sobre papéis e procedimentos.
- *Quebra de limites de compatibilidade* do sistema de relações sociais e de outros que estariam mais comprometidos com a manutenção dos limites de variabilidade dos sistemas (Melucci, 1996:24).

O sistema social como um todo pode ser afetado pela ação. O dimensionamento e a mensuração de seus amplos efeitos políticos consistem em um desafio importante. Os movimentos emergem na sociedade, sinalizando as novas contradições e, ao mesmo tempo, alteram sua lógica. Trata-se de inseri-los na discussão sobre relações políticas, sem reducionismos objetivantes ou psicologizantes.

A nova forma organizacional dos movimentos contemporâneos não é exatamente 'instrumental' para seus objetivos. É um objetivo em si mesma. Como a ação está focalizada nos códigos culturais, a *forma* do movimento é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes (Melucci, 1989:62).

Mas é também importante não atribuir às ações coletivas uma falsa unidade, tratando-as como uma entidade ou como um momento fugidio de disrupção ou protestos diante do sistema político. Elas comportam e articulam orientações e significados plurais, sendo que sua unidade é resultante de tecituras. Além disto, nem tudo o que *muda* na sociedade remete à idéia de movimentos sociais.

Os movimentos sociais seriam um dos tipos de ação, dentre outros, identificados por Melucci: uma forma de ação coletiva que, mobilizando um *ator* coletivo, (a) evoca *solidariedade*; (b) torna os *conflitos* pela apropriação e controle de recursos manifestos ou públicos<sup>19</sup>; e (c) produz uma *quebra* de *limites de compatibilidade* do sistema dentro do qual a ação se dá. Os movimentos sociais implicariam um rompimento com as regras do jogo e operariam com objetivos não negociáveis, produzindo mudanças em termos de legitimação do poder. Empiricamente, os movimentos sociais estariam cercados e entrelaçados com outras formas de ação coletiva, com orientações e efeitos diversos (Melucci, 1987:57).

A abordagem de uma forma de ação coletiva contempla tanto a consideração de mobilização de recursos como a compreensão acerca de como se constituíram e se mantêm as estruturas organizacionais enfocadas e de como se garantem as funções de liderança. Quando ele considera que a ação coletiva está baseada na solidariedade (a), está se referindo à capacidade de compartilhamento de identidade coletiva, que implica reconhecer e ser reconhecido como parte de uma mesma unidade social. A referência ao conflito (tratado como inerente aos sistemas) estabelece os termos de (b) uma “relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor <sup>20</sup>” (Melucci, 1989:57). Já o rompimento com os limites do sistema (c), orienta e especifica a ação. Os *limites* “indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente”(Melucci, 1989:57). Esta definição desdobra o fenômeno em diversas dimensões e pretende abordá-lo em sua complexidade e sustentar sua especificidade.

---

<sup>19</sup> O caráter público ganha mais destaque nos textos do final dos anos 90 (Melucci e Avritzer, 1999).

<sup>20</sup> A conflitualidade pode estar organizada em torno de valores partilháveis ou discrepantes, sendo um aspecto importante para a definição dos objetivos, intensidade e dimensões do confronto.

Os indivíduos, grupos e coletividades, os atores coletivos em operação nestes cenários conflituais emergentes não são, para esse psicossociólogo, classes sociais ou grupos estáveis de determinada condição social ou cultural.

Os atores nos conflitos são cada vez mais *temporários* e sua função é *revelar os projetos*, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área. Eles têm uma crescente função simbólica [...]. Eles tentam mudar a vida das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade (Melucci, 1989:59).

Sua identidade e laços de solidariedade são irreduzíveis à consecução de bens ou recursos, ou a interesses individuais agregados, estritamente. Isto não significa que se esteja falando de puro altruísmo. A questão é que não se deve reduzir a cena a operações de caráter estratégico sem consideração à especificidade dos desafios socioculturais sinalizados.

Melucci destaca ainda outro aspecto singular dos movimentos contemporâneos relativo ao seu padrão organizacional. Ele identifica que há uma tendência de autonomização em relação ao sistema político e de criação de um espaço próprio para a ação coletiva (um subsistema específico). Este seria um desdobramento da estrutura de redes (ou áreas) que torna mais complexas as esferas públicas. Esta rede operaria como um ponto de convergência de comportamentos diferentes ou não integráveis, em sintonia com a constatação de que "o direito de ser reconhecido como diferente é uma das mais profundas necessidades na sociedade pós-industrial ou pós-material" (Melucci:1989:63).

As redes de ação coletiva estariam operando por meio de um sistema de trocas em que a "moeda" corrente passa a ser a mensagem, em contraste com os meios tradicionais, ou seja, dinheiro e poder.

Estas redes (descritas primeiramente por Gerlach e Hine, 1970) têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos. Este não é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva (Melucci, 1989:61).

Melucci sugere um modelo compreensivo bipolar. Em *latência*, estariam estruturadas as redes<sup>21</sup>, compartilhando uma cultura de movimento e identidade

---

<sup>21</sup> Sobre o desenvolvimento do conceito de redes, recomendamos a consulta ao texto de Emirbayer e Goodwin (1994), intitulado "Network analysis, culture, and the problem of agency".

coletiva, onde estariam ocorrendo uma série de mudanças no sistema de significados, com a estruturação de novos códigos culturais.

Elas encontrariam *visibilidade* (expressão) nos movimentos sociais, dada a emergência de pequenos grupos em enfrentamento com as autoridades constituídas, manifestando oposição à lógica de tomada de decisões dominante: “Como profetas sem encantamento, os movimentos contemporâneos praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando: eles redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade” (Melucci, 1989:62).

Estaria, pois, delineando-se um espaço, distinto na sociedade civil e de sua oposição já tradicional ao Estado,

um espaço público intermediário, cuja função não é institucionalizar os movimentos, nem transformá-los em partidos, mas fazer a sociedade ouvir suas mensagens e traduzir suas reivindicações na tomada de decisão política, enquanto os movimentos mantêm sua autonomia (Melucci, 1989:64).

Como vimos, Melucci converge em direção à perspectiva habermasiana de tematização da esfera pública, já incorporando sua multidimensionalidade, assim como à perspectiva não monológica de sociedade, que comporta o resgate do conceito de sociedade civil.

Assim sendo, em relação aos resultados dos movimentos sociais contemporâneos, Melucci esclarece que se por um lado é possível identificar as reformas que os movimentos impulsionam, por outro lado não se pode identificar com exatidão a reversão que eles são capazes de produzir nos sistemas simbólicos dominantes e sua função socializante. O caminho de consolidação ou afirmação das lutas nestes movimentos contemporâneos não parece apontar para a sua institucionalização em referência ao sistema político constituído. Sua forma organizacional não é instrumental: “o ‘êxito’ no campo político enfraquece o movimento, aumenta sua segmentação, leva alguns grupos à profissionalização e a burocratização, e outros a um sectarismo disruptivo” (Melucci, 1989:63).

Melucci define o campo analítico da ação coletiva como dependente do sistema de relações dentro do qual a ação acontece e por meio do qual ela se desenrola (1996:25). Este campo não pode ser confundido com os espaços sociais concretos (instituições, associações, organizações, etc) ou com qualquer tipo de essência ou entidade metafísica.

O sistema – sempre incompleto, mas dotado de uma lógica interna, que afeta os outros sistemas – é o complexo de relações entre elementos da ação, mas sem nucleação que suporte seu sentido. Os sistemas são categorizados por Melucci como os que (1) asseguram a produção dos recursos da sociedade; (2) decidem sobre a distribuição destes recursos (político); (3) governam a mudança e desenvolvimento da posteridade – organizacional (garante equilíbrio societário); e (4) asseguram a reprodução do cotidiano - mundo da vida, interacional e comunicacional (1996:27).

Melucci entende por sistema um conjunto de elementos conectados em relações interdependentes, em que se pode identificar um padrão ou estrutura – caráter, quantidade de elementos e suas relações. Ou seja, é definido por limites internos que mantêm sua estrutura e por sua delimitação diante do ambiente (1996:50). Estes limites estarão sempre referidos à posição que o observador ocupa no reconhecimento do sistema em questão – que não coincide com a percepção subjetiva dos atores sociais.

Como vemos, a idéia de sistema nos remete ao modelo desenhado por Parsons. A referência à quebra de limites de compatibilidade do sistema, por sua vez, também parece se nutrir na idéia parsoniana de violação dos *imperativos estruturais*:

- comprometer as necessidades motivacionais de grupos importantes da população;
- debilitar partes importantes do sistema de poder;
- perturbar o sistema de recompensas; e
- introduzir uma estrutura incompatível com outras estruturas concretas no sistema.

A recorrência à idéia de sistema se presta, também, à caracterização da especificidade e tipologia dos movimentos sociais (e sua emergência) e à discussão sobre a possibilidade de produção de mudanças sociopolíticas.

Os movimentos sociais são ativados por incompatibilidades entre elementos internos de um sistema e entre sistemas diferentes. Articulam contradições e conflitos, que emergem e se enredam na história, na medida em que se situam no limiar entre estrutura e mudança. Eles rompem com os limites dos sistemas,

ultrapassando o espectro de variações tolerado na estrutura existente. Podem ser distinguidos de acordo com o campo sistêmico onde opera a ação:

- *Conflitual networking* – no nível do sistema do mundo da vida.
- *Claimant movement* – sistema organizacional (papéis e funções).
- Movimentos políticos – sistema político.
- *Antagonist movement* – sistema de produção de recursos.

Na realidade, os movimentos sociais articulam, para Melucci, mais de um sistema, atravessando-os. O *Movimento Antimanicomial* afeta tanto as relações familiares e comunitárias dos portadores de sofrimento mental como também as relações no campo da prática psiquiátrica, da política e os modos de organização do trabalho e distribuição de recursos públicos e societários.

As tensões que se dão na fronteira do sistema político seriam particularmente importantes dadas as suas conseqüências para os processos de mudança de mecanismos cruciais da sociedade, como a elaboração de leis. Mudança social seria qualquer variação no sistema social focado, considerando a distinção entre:

- fatores sistêmico/estruturais (sincrônicos), primeiramente, e conjunturais (processuais/ diacrônicos), posteriormente;
- mudanças adaptativas e de estrutura (resultantes de processos combinados ocorridos em diferentes níveis e momentos); e
- fatores endógenos e exógenos que levaram à mudança.

Melucci sugere que se distinga o processo de organização em interno e externo. A análise interna comporta a identificação de papéis e mecanismos de alocação de recursos, mostrando, destacadamente, como cada grupo participa do processo de tomada de decisões, controle de recursos e competição pelo poder (Melucci,1996:316). Estes processos requerem a formação de normas (desde as tácitas às formais), mecanismos de recrutamento e sucessão de lideranças, e atenção às facções e conflitos.

A análise externa, relação com o ambiente, enfoca as gestões que garantem recursos necessários para a sobrevivência, dentre os quais se destaca o consenso, ou suporte. Neste cenário, várias operações devem ser consideradas: competição, cooperação, trocas, alianças e fusões entre as várias organizações que se



interpenetram e se chocam (e não apenas as que estariam imediatamente ligadas ao movimento).

Fatores externos são importantes na determinação das mudanças do sistema e na eclosão de movimentos, contanto que se mostre de forma compreensível como isto afeta as operações no sistema. A princípio, não existem determinantes econômicos ou históricos. Existem condições e atores, em relação sistêmica, simbolicamente mediada.

Não se pode pensar a mudança de forma totalizante, mas ao mesmo tempo, pode-se supor que ela está em operação nos movimentos de adaptação ao ambiente ao qual os sistemas estão expostos.

Com relação à especificidade dos conflitos contemporâneos ou emergentes – típicos do que considera como uma "era de transição" –, Melucci destaca algumas características:

- heterogeneidade e não negociação de objetivos dos conflitos (irredutíveis à mediação política);
- tendência de ignorar o sistema político tende a ser ignorado, assim como a conquista de poder político (o que tem sido indicado como uma fraqueza dos movimentos sociais contemporâneos);
- mudanças relativas à distinção entre esferas pública e privada, com o apagamento destes limites;
- solidariedade como objetivo para a ação; e
- busca de ação e participação diretas.

Os temas ou conteúdos dos movimentos sociais contemporâneos tenderiam, de forma geral, ao escapismo utopista, primazia ao natural, e à referência ao indivíduo, suas experiências e necessidades. Seriam marcados por ambigüidade, suportando a possibilidade tanto de produção de sentido e direção quanto de ilusões que ignorem os limites sociais, os constrangimentos da ação.

Melucci investe na discussão acerca da construção de identidade no contexto de uma sociedade pós-industrial e informacional. Ele resgata criticamente o conceito de identidade, enfatizando seu caráter interativo e compartilhado, construído e negociado, e principalmente contingente. Sugere o termo *identization* para destacar o fato de que as identidades não são unitárias e coerentes, mas comportam tensões

e conflitos internos e externos (relativos ao ambiente). Seu conceito não se reduz à referência de cálculos sobre custos e benefícios, como já foi dito. Envolve investimento emocional, que não ameaça a racionalidade e a normatividade das relações, comunicação e dinamismo. Melucci enfatiza que os conflitos que evocam transgressão de papéis mesmo envolvendo recursos materiais, são fundamentalmente conflitos de identidade. A identidade coletiva asseguraria a continuidade e a permanência da ação coletiva com o passar do tempo, projetando-se também no futuro, como resultante de um processo derivado da ação consciente e da auto-reflexão dos atores coletivos. A identidade deve ser concebida como um sistema de relações e representações que, tal como um campo de vetores, procura estabelecer, permanentemente, equilíbrio entre os eixos da ação coletiva (fins, meios e campo de ação), com grande plasticidade, pois seus limites são maleáveis.

Essa perspectiva de discussão de identidade coletiva desloca a atenção geralmente dedicada às formas mais visíveis da ação coletiva para suas operações mais sutis ou silenciosas, nas quais a negociação – as microoperações interativas – é tecida por atores. Ela destaca também as relações com os atores externos, iluminando os processos que instauram, perpetuam ou transformam as configurações societárias; destacadamente a cultura e a produção de sentido.

A construção de identidade confere fôlego à possibilidade de agência e novo sentido à solidariedade. O conhecimento, a informação, passa a ser um recurso crucial para estes novos atores conflituais, que são capazes de reflexão. O poder da informação é, para Melucci, essencialmente o *poder de nomear*.

O ato de nomear é, segundo Melucci, central na construção da vida social e este se torna um ponto nevrálgico numa sociedade em que a distinção entre o real e asua representação se esvaece. Aqui se situa a importância dos movimentos sociais para este autor: pretendem reapropriar-se da capacidade de elaborar códigos e linguagens definidores da realidade, constituindo representações e escapando das formas dominantes (Melucci, 1996:357). Propõem reintegração simbólica, o que não se reduz a nenhuma lógica instrumental, apesar de não excluí-la.

A enorme expansão da capacidade individual e espaço para o exercício da escolha contrasta com a tendência paralela de criação de sistemas capilares de manipulação; o fato de o sistema social ter estendido seu poder de ação além dos limites conhecidos por qualquer sociedade no passado testemunha a capacidade, sem precedentes, das sociedades contemporâneas para produzir

conscientemente a si mesmas, no limite potencial da autodestruição; a tendência a expansão contínua da capacidade dos sistemas humanos em intervir no seu próprio desenvolvimento correndo contra à necessidade de responder aos limites dados de natureza externa e interna; a irreversível acumulação de conhecimento científico é governada pela racionalidade administrativa dos aparatos organizacional e político, cujas escolhas são reversíveis; inclusão no mundo cultural tende ao alavancamento de diferenças culturais e resistência à pressões para a homogeneização produz auto-exclusão ou marginalização – movimentos contemporâneos lidam com todos estes dilemas (Melucci,1996:356,357).

Porém, a institucionalização dos movimentos sociais é o desafio central na análise das ações coletivas para Melucci, colocando na berlinda a questão da eficiência. Não basta romper as regras do jogo e oferecer novas ou múltiplas interpretações e significados. É preciso mostrar que se pode fazer de um modo diferente.

Os movimentos sociais têm, de fato, não apenas gerado atores conflitantes, mas revelado a ineficiência das instituições de representação política como veículo de novas demandas. Mas isto não assegura um "final feliz" para as ações coletivas que preconizam mudanças e enfrentam interesses estabelecidos.

A característica mais extraordinária dos movimentos sociais, para Melucci, seria a possibilidade de construir demandas políticas passíveis de incorporação: sem a ação política, as mudanças não podem ser construídas, a não ser na forma de escapismo e de contracultura marginal.

Se o movimento escapa ao risco de formação de subcultura ou à marginalidade, ele cumpre seu papel, transformando-se em uma nova instituição, com uma nova linguagem, novos padrões organizacionais e personificação (resultado este que depende da abertura e flexibilidade do sistema político). Segundo Melucci (1996), ao se deslocar da condição de um movimento de reclamação ou reivindicação para um movimento político (antagônico), a ação coletiva tenderia – efetivamente e em sintonia com Parsons – a passar pelos seguintes momentos:

- incremento do conteúdo simbólico, golpeando profundamente as fundações culturais da sociedade;
- decréscimo da capacidade de negociação de metas ou objetivos;
- diminuição das possibilidades de reversão do conflito;
- comprometimento da calculabilidade, pois quando o que está em jogo são as orientações culturais da sociedade nem tudo pode ser calculado e

ponderado com clareza, e então as dimensões afetivas e emocionais (que não são necessariamente irracionais) se tornam muito importantes; e

- tendência de soluções do tipo *soma zero*.

Assim, ou os conflitos contemporâneos tendem a ser de curta duração ou, uma vez institucionalizados, tendem a se deslocar ou espriar para outras áreas, perdendo especificidade, reduzindo-se a um produto cultural sem impacto no sistema social. Se a ação coletiva não supera suas ambigüidades alcançando ou conquistando capacidade social e política, então pode cair num formato pré-social, ou de sectarismo, num movimento de isolamento. Melucci chama atenção para o fato de que o sistema político é fundamental na estruturação das sociedades complexas. Ou seja, as relações entre movimentos sociais e sistema de representação e tomada de decisões (*decision-making*) constituem um ponto crítico no modelo de sociedade em questão. A efetividade política dos movimentos depende, sim, da abertura, receptividade e eficiência das formas de representação.

A mudança – sua direção e qualidade – implica a possibilidade de articulação com as instituições políticas democráticas. Os conflitos só podem emergir e ganhar visibilidade quando há “margem” de manobra, flexibilidade, viabilizando a organização dos interesses, na medida em que o jogo político não os obstaculiza e elimina simplesmente.

Como vimos, Melucci procura operar com as variáveis indicadas no campo da teoria dos movimentos sociais, inclusive aquelas sustentadas pelo estrutural funcionalismo de Parsons. Porém, isto não quer dizer que ele faça este resgate de modo ingênuo e eclético. Nas suas palavras:

As abordagens da ‘mobilização de recursos’ e da ‘escolha racional’, assim como muitos dos ex-marxistas na Europa contemporânea, tendem simplesmente a eliminar a questão dos conflitos de alcance sistêmico, e a reduzir todos os conflitos a problemas de trocas. Inclino-me no sentido de resistir a essa tentativa. Nunca fui marxista, e sempre critiquei de dentro a cultura esquerdista, mas me parece que essa questão deveria ser ao menos mantida em aberto antes de a eliminarmos: necessitamos ou não da lógica sistêmica para explicar certos fenômenos? Até que consigam provar que essa questão não faz sentido, prefiro mantê-la, já que ela parece valiosa para a interpretação de conflitos que não possam ser reduzidos a problemas de trocas (Melucci, 1996b:217).

Melucci opta por enquadrar os atores e ações em uma visão estruturada da sociedade, contemplando o recorte introduzido por Habermas e a dualidade sociedade/Estado. Neste sentido, ele pode recorrer às variáveis sinalizadas pela

mobilização de recursos e às escolas dela derivadas, sem incorrer nos reducionismos instrumentais ou neoutilitaristas. Aqui, o psicossociólogo ressalva que o processo de mobilização é anterior à sua visibilização, não podendo ser reduzido a um fenômeno comportamental. Ele se apóia em construções discursivas previamente realizadas, em uma orientação de ação que se efetiva em uma rede de solidariedades, que lhe rendem um caráter subterrâneo. Conquistar visibilidade e gerar mobilização é que exigem a consideração de variáveis políticas e relativas a recursos não lingüísticos. Assim, as relações informais é que são geradoras do movimento social, e não as organizações. Desta maneira, o conceito de identidade se converte em um elemento básico do ponto de vista metodológico.

Melucci se apropria também do estrutural funcionalismo, sem abrir mão do conflito e da dominação. Parte da idéia de que o dilema básico de um sistema altamente diferenciado (sociedades modernas) mas fortemente integrado é o “arranjo simultâneo de diferenças e integração” (Melucci, 1996b:216). Ele, a nosso ver, estabelece um diálogo crítico pouco explicitado com a obra de Parsons, especialmente no livro *Challenging codes* (1996a), apesar de este autor ser citado apenas brevemente e em referências críticas (sua obra não consta no conjunto de referências bibliográficas).

Este estudioso das sociedades contemporâneas chama, sim, a atenção para o obscurecimento de relações conflituais e antagonistas na perspectiva parsoniana e funcionalista em geral. Neste contexto, as normas sociais são vistas<sup>22</sup> como transcrição de valores e os papéis sociais (atores em ação), como resultantes de sistemas de trocas reguladas por meio de acordos normativos (Melucci, 1996a:250). Parsons considera que a unidade e a integração de um sistema se apóiam simplesmente em acordos e equilíbrios. De fato, se existem, eles são resultantes, segundo a crítica de Melucci, de operações de poder, de dominação e, considerando o cenário das sociedades contemporâneas, de nomeação.

Onde havia, em Parsons, apenas reações a crises, dada a ruptura nos mecanismos funcionais e integrativos, passa a haver uma atenção especial ao que Melucci chama de “expressão de conflito antagonista”. Se Parsons achava que dava-se excessiva importância a poder e a hierarquias no pensamento social de sua

---

<sup>22</sup> Como já foi indicado no capítulo I.

época (influenciado pelo Marxismo), relegando este tema a um lugar razoavelmente secundário, Melucci coloca o tema do conflito, da dominação, como eixo central de seu modelo.

As metáforas de desvio, mau ajustamento, resistência à mudança e anomia estariam destituídas de conotações conflituais no modelo parsoniano. Elas nos fazem pensar apenas em relações razoavelmente patológicas ou de matriz idiossincrática, que se situam no eixo conformidade x não conformidade.

Porém, mesmo situando suas críticas, Melucci opera com a teoria sistêmica dialogando com o neoparsoniano Jeffrey Alexander e com os teóricos dos sistemas complexos, especialmente a visão mais sociológica nos trabalhos de Edgar Morin, Maturana e Varela.

A suposição de que ele se inspira em Parsons - mais do que seus textos admitem - apóia-se em algumas relações entre conceitos. Melucci, assim como Parsons, retoma e procura superar a dicotomia entre estrutura (determinismo) e agência (voluntarismo). Ele procura também evitar o engodo de se explicar o comportamento coletivo reduzindo, de um lado, às condições estruturais - que não justificam a capacidade dos atores de perceber, avaliar e decidir sobre o que têm em comum-, e, de outro lado, às crenças e motivações dos atores - que não sustentam o fato de as representações e as ações surgirem e persistirem no tempo. Ambos procuram recuperar uma perspectiva voluntarista, mas sem que com isto se vejam enredados no individualismo metodológico. Neste caso, reconheçamos o fracasso parsoniano e os avanços do modelo de Melucci

Em Parsons encontramos um sujeito ou já socializado, ou às voltas com as tensões idiossincráticas do desvio, ou às voltas com escolhas e avaliações situadas e limitadas. Já os processos identificatórios salientados por Melucci parecem oferecer uma saída para a superação do hiato entre sistemas motivacionais e sistemas de orientação normativa colocados na problematização de Parsons. Responde, em parte à questão de como os padrões ou tradições são renovados no âmbito sistêmico: reconhecendo, renomeando e reinventando sociabilidades.

A solidariedade, tema fundamental em Parsons, tem um sentido mais orgânico e complexo para Melucci, menos vinculado à resistência a sanções, se desdobrando no conceito de identidade. Além disto, o conceito é transferido de um

contexto privado para um público, na medida em que os movimentos sociais passam a ser contemplados como inerentes à esfera pública (Melucci e Avritzer, 1999).

A classificação de sistemas de Melucci é um esquema bastante próximo do AGIL de Parsons, que comporta sistemas de adaptação (econômico), *goal-attainment* (político), integração (societário) e *latency* (socialização), do nosso ponto de vista.

A sintonia a assinalar entre os dois aparece ainda no conceito de ação social ou coletiva, na noção de sistema, na concepção de quebra de limites do sistema e nos prognósticos com relação à mudança.

Essa suposta sintonia entre os dois autores se desdobra também no reconhecimento de Melucci da não unidade factual e dada do fenómeno da ação coletiva, entendendo-a em sua multiplicidade e numa perspectiva processual (construção interativa e histórica) articulada com o ambiente sistêmico (campo de ação com recursos e limites).

Para Melucci, não é possível referir-se à teoria de ação social sem discutir as implicações das mudanças culturais. O papel da cultura é complexificado e, segundo ele, enfatizado por Alexander e Bourdieu, e, particularmente, por Elias, Mary Douglas e Geertz. Acrescentaríamos a importância que a revisão habermasiana de Parsons teria sobre a variável *poder de nomeação* que é tão cara a Melucci e que o aproximaria da discussão sobre a revolução educacional e as instituições produtoras de produção de conhecimento, cujo impacto seria fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas ou informacionais (Melucci, 1996b).

Em Parsons, nos perdemos entre ideologias alienativas e contra-ideologias produzidas por desviantes. Já em Melucci, por meio da investigação da construção de identidades e do poder de nomear, dialogamos com uma perspectiva mais emancipatória da mudança.

Este é um problema insuperável em Parsons: sua equação parece sempre redundar em adaptacionismo. Mas Melucci trabalha com outra concepção de relação social, em que contempla o tema da dominação política, que se desdobrou na discussão sobre a democracia e no papel que os movimentos sociais teriam em sua construção.

Melucci, juntamente com Avritzer, identifica a possibilidade de suplementação do princípio de representação da democracia pelo princípio do pertencimento. Eles constroem pautas políticas e abrem espaço para o reconhecimento. Quando se considera a perspectiva dual das sociedades contemporâneas complexas, pode-se identificar que os movimentos sociais expandem os limites da política e introduzem novos modos de interação e negociação por meio dos espaços públicos ou esferas públicas (Melucci e Avritzer, 1999), indo muito além das interpretações que limitam as ações destes atores coletivos como de disputa, estratégica, por recursos públicos.

Pertencimento e representação política devem ser tratados como processos distintos e, muitas vezes, contraditórios entre si. O pertencimento é direto e implica usufruto imediato de um bem que é a própria identidade. Já a representação é indireta e pode ser adiada, negociada, e em seu exercício ela deve ser capaz de trazer como resultado a redução da pluralidade de demandas. Os dois conceitos nos remetem a distintos lugares analíticos: esferas públicas e sociedade política. A primeira estaria comprometida com a deliberação pública; a segunda, com o complexo administrativo (Melucci e Avritzer, 1999).

A leitura que apresentaremos a seguir do *Movimento de Luta Antimanicomial* se apoiará nesta visão convergente acerca dos movimentos sociais que Melucci apresenta. Porém, no nosso caso, trata-se de atores sociais que devem ser vistos a partir da sua condição de *profissionais*, psiquiatras, mesmo que estejam diante do desafio de redefinição de identidade. A partir desse lugar de reconhecimento é que são construídas formas de solidariedade que produzem inovações culturais e institucionais, resultantes dos conflitos pela apropriação e controle de recursos. O processo de mudança é desencadeado formando um campo de conflito, que evidenciaremos na parte II da tese.

O início da discussão sobre a *Luta Antimanicomial* reporta o leitor a uma visão, mesmo que breve, do contexto social a partir do qual surge a ação coletiva. Nossa preocupação será a de revelar a emergência da rede informal que dará sustentação à *Luta Antimanicomial*, que nos defronta com uma pluralidade de projetos e todo um cenário de disputas que são inerentes ao campo da psiquiatria mesma. A rede se revela a partir da identificação de atores e intencionalidades. Ela



é tecida em situação de diálogo, crescente disputa frente à opinião pública e a sociedade política.

Nossa narrativa quer compor um mosaico com as cores das diversas identidades que nos pareceram relevantes, sendo elas pessoais, geográficas, culturais, políticas e profissionais. Às identidades fizemos corresponder ações e resultados, discursivos e não discursivos, mas procurando revelar os processos e mecanismos que os originaram.

Os atores, identidades, ações e resultados estão ancorados na sociedade civil e ganham visibilidade em alguns espaços públicos que nos pareceram fundamentais.

O vigor da *Luta Antimanicomial* se evidencia à luz das complexas relações sociais e políticas em (mais) um período de grande vitalidade da história da Itália. Revela um esforço civil de redefinição ética e normativa das relações entre psiquiatras, doentes mentais, sociedade e Estado. Uma ação coletiva de profissionais oriundos do campo da psiquiatria, que se organizam na constituição de uma atitude solidária com aqueles que são o alvo das suas intervenções regulatórias. Esta solidariedade responsável e radical toma a forma de conflito com a instituição psiquiátrica mesma – suas associações profissionais, sindicais e estrutura assistencial legitimadas –, com as instituições acadêmicas universitárias, com atores políticos e com o Estado. Um processo que gerou crises de caráter público e proposições que fizeram dessa seqüência de acontecimentos e seus resultados um parâmetro mundial para as reformas nas políticas de saúde mental.

Foi quando os psiquiatras italianos se deslocaram ou se desdobraram desde a profissionalidade à militância, revelando as armadilhas e as encruzilhadas intrínsecas aos meandros da razão.